

A força depende do voto

O Ministro da Marinha reafirma que o restabelecimento da eleição direta para a sucessão do Presidente Figueiredo depende, apenas, da vontade majoritária do Congresso Nacional. A acreditar que o Congresso estivesse afinado com o sentimento que empolga mais de 80% dos brasileiros, o próximo Presidente emergiria das urnas, sacramentado pelo voto popular e, naturalmente, reforçado em sua credibilidade. Não é bem assim. Nem parte do Congresso parece muito sensível ao que se passa nas urnas, nem as Forças Armadas colocam-se inteiramente à margem do processo político como quer fazer crer o Ministro da Marinha. Há duas semanas, o Presidente Figueiredo confidenciou a um amigo que continua pessoalmente favorável à escolha pela via direta do seu sucessor. Mas não lhe escapou fazer um comentário: "Agora, você não imagina que confusão isso daria". Que confusão amedronta o Presidente da República a ponto de ele preferir permanecer governando de costas para o povo e em desacordo com suas próprias convicções? Colhe-se na periferia de qualquer gabinete militar importante que o famigerado "pano de fundo", expressão cunhada ainda nos idos do Marechal Costa e Silva, nutre um fundo receio, quase pânico, da perspectiva do restabelecimento imediato da eleição direta para Presidente. O sistema, uma palavra um tanto fora de moda, admita-se, teme que as urnas produzam um julgamento cruel da Revolução de 1964 antes que esteja completada a manobra de devolução dos militares às suas funções constitucionais. Do Presidente Figueiredo, ao longo até aqui de todo o seu mandato, pode-se dizer muitas coisas — menos que tenha afrontado ou desafiado abertamente o conjunto de forças revolucionárias que o sustenta no Palácio do Planalto. O caso do Riocentro é um exemplo elucidativo: o Ministro Golbery do Couto e Silva, que pediu a punição dos culpados, deixou o Governo e exilou-se em Luziânia; o Coronel Job Lorena, o encarregado da pantomima do inquérito no âmbito do I Exército, foi promovido a General.

Nem por isso a campanha pela eleição direta do sucessor do Presidente Figueiredo está de antemão condenada ao fracasso. O Decreto-Lei 2.045 que introduziu uma nova política salarial foi anunciado à nação com o sólido respaldo do Conselho de Segurança Nacional. O Congresso, ao cabo de alguns meses, o rejeitou soberanamente. O país não foi à bancarrota, nem a Vila Militar desceu sobre o Rio de Janeiro. A ter profundidade, como tudo indica que tem, o movimento de retirada dos militares do prosclínio político, a aprovação, em abril, da emenda que devolverá ao povo o direito de escolher seu Presidente não produzirá nenhum golpe de mão. Causará irritação em certas áreas, poderá provocar um certo alvoroço em alguns quartéis mas não deverá ir além disso. Descarte-se, por absurdo, o cenário propício a um pronunciamento militar. O sistema pode ainda ser forte para conter o ânimo do Presidente Figueiredo de cumprir a promessa de concluir seu mandato com o restabelecimento pleno da democracia entre nós — mas não é forte o suficiente para dar o dito pelo não dito, revogar conquistas duramente obtidas e empurrar o país de volta às trevas. Cadê povo para isso? O exame das ocasiões em que as Forças Armadas intervieram no processo político brasileiro mostra que elas sempre o fizeram escudadas em um mínimo de respaldo popular, pelo menos. Foi assim em 30, em 45, em 1964, para ficarmos em ocasiões próximas. Por que agora seria diferente? De resto, é pagar para ver — e criam-se a cada dia mais condições para que esse pagamento seja feito e à vista. O Senador Marco Antônio Maciel, ocupado em sua quixotesca aventura para subir a rampa do Palácio do Planalto, registrou para um amigo, no último fim de semana, a constatação de que cresce dentro do PDS o bloco dos favoráveis à eleição direta para já. O Senador atribui o fenômeno menos ao sucesso dos comícios patrocinados pelos Partidos de oposição, e mais às dificuldades internas do Partido do Governo, polarizado pelas candidaturas do Deputado Paulo Maluf e do Ministro Mário Andreazza.

A divisão do PDS é uma divisão falsa na medida em que ela não corresponde aos anseios de um povo submetido, há anos, a uma severa dieta de empobrecimento lento e, ultimamente, acelerado, e que aspira legitimamente à prerrogativa de escolher seus governantes em todos os níveis, de ditar-lhes seus interesses e de cobrar-lhes resultados. Do time dos chamados *presenciáveis*, o Senador, o Vice Aureliano Chaves e o ex-Ministro Hélio Beltrão emitem claros e convicentes sinais de que estão atentos a essa realidade. Significativamente, os três teriam aumentadas suas chances de suceder o Presidente Figueiredo se a eleição viesse a depender do voto direto. Os próximos meses dirão se isso será possível ou se o país atravessará os anos decisivos que se anunciam de crise econômica e da iminência de uma conflagração social governado por um Presidente eleito à revelia e em oposição à esmagadora maioria dos seus cidadãos. Ou seja, um Presidente fraco, justamente no momento em que a nação reclama por um Presidente forte, capaz de enfrentar os múltiplos desafios que se nos oferecem.

RICARDO NOBLAT

Editor regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília.